

Remédio de Simonsen para a crise

A redução das despesas do governo com salários e mordomias nas empresas estatais foi considerada ontem, pelo ex-ministro Mário Henrique Simonsen, como uma das medidas indispensáveis "para enfrentar o dilema das altas taxas de juros conjugadas com o déficit público". Para ele, "tudo o mais é a busca da pedra filosofal".

Em painel de debates realizado pela Bolsa de Valores do Rio de Janeiro sobre os problemas brasileiros e a situação internacional, Simonsen criticou também a orientação econômica adotada pelo governo Reagan — "política monetária apertada e política fiscal fraca" — considerando que erros semelhantes vêm-se registrando no Brasil. Mais tarde, em entrevista, defendeu "uma redução da dependência externa do País pela ativação de projetos de substituição de importações que sejam viáveis".

O fantasma

Simonsen destacou que a política do governo Reagan de cortar impostos e aumentar as despesas militares fracassou e que o déficit de US\$ 200 bilhões dos Estados Unidos continua pairando como um fantasma sobre a economia internacional. "Pode-se prever uma recuperação em 1983 para a economia norte-americana", disse o conferencista, "mas não sabemos se ela vai durar, com este déficit". Salientou que, apesar da queda da inflação norte-americana, as taxas de juros permanecem relativamente altas, na medida em que o ritmo do crescimento dos preços caiu de 14% para 4%, e a taxa de juros veio de 21% para 11%, muito mais altas que a inflação.

O ex-ministro lembrou que os Estados Unidos podem financiar seu próprio déficit simplesmente emitindo dólares, enquanto o Brasil não pode fechar seu saldo negativo em dólares com base na emis-

O ex-ministro fez críticas à política econômica do Brasil e dos EUA. E manifestou-se contra a idéia dos bônus para pagar a dívida interna.



são de cruzeiros. E é por sua moeda forte que os EUA se opõem a uma solução, defendida também por Simonsen, para a reciclagem dos créditos internacionais impossíveis de pagar — o fortalecimento de uma entidade de crédito multilateral como o FMI — com base num sistema intermediário entre taxas de câmbio flutuantes e o extinto acordo de Bretton Woods, com a substituição das reservas monetárias de cada país por Direitos Especiais de Saque.

Simonsen assinalou que o atual sistema de taxas de câmbio flutuantes permite aos países que lideram o sistema monetário internacional exercer uma política de moeda independente das suas reservas de divisas, pois a intervenção dos bancos centrais fica reduzida ao mínimo. Mas produz efeitos

danosos na medida em que atrai facilmente vultosos capitais para determinados países considerados em situação favorável, valorizando sua moeda e prejudicando suas exportações. No caso do Brasil, o cruzeiro, atrelado ao dólar, tem de acompanhar as variações internacionais, mesmo que prejudiquem sua economia.

Ele voltou a insistir na necessidade de uma completa "desindexação" da economia. "Não há direitos adquiridos, em termos de renda, aluguéis e salários, diante das mudanças na conjuntura internacional". Para ele, há duas maneiras de ajustar o balanço de pagamentos do País: via recessão, importando menos. "Mas isso tem que ser temporário e não permanente — os economistas estão aí para promover a prosperidade dos povos"; e pela desvalorização cambial. Neste caso, Simonsen defende medidas que evitem a propagação dos seus efeitos ao conjunto da economia, justamente através da desindexação geral, pela redução dos aumentos salariais, fim da correção monetária e outras medidas. "Alguém tem de pagar pela máxi", disse.

Mais tarde, em rápida entrevista, na presença do governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, Simonsen declarou-se contra a idéia do lançamento de "bônus de guerra" para a conversão da dívida pública interna, que segundo o economista da FGV, Antônio Porto Gonçalves, já atinge US\$ 25 bilhões, ou cerca de Cr\$ 11 trilhões. A idéia do bônus, lançada no Projeto Emergência do ex-senador Teotônio Vilela, do PMDB, e apoiada pelo governador mineiro Tancredo Neves foi contestada por Simonsen com base no argumento de que ela representa uma moratória interna, com a perda da credibilidade dos títulos do governo. "Não resolve nenhum problema", afirmou.